PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2009
PROCESSO Nº : 212000011354/2010-75
UNIDADE AUDITADA : CONAB - MATRIZ
CÓDIGO UG : 135100
CIDADE : BRASILIA
RELATÓRIO Nº : 246697
UCI EXECUTORA : 170964

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 246697, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela Companhia Nacional de Abastecimento.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 23/06/2010 a 16/07/2010, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada , em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Publico Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO
- QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO
- AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
- AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
- LEVANTAMENTO/IMPLEMENTAÇÃO DA ATUAÇÃO DO TCU
- ATUAÇÃO DA CGU PARA A AUDITORIA DE GESTÃO
- INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR
- AVALIAÇÃO EXPURGO CPMF CONTRATOS

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a não conformidade com o inteiro teor das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-102/2009 e 103/2010, tendo sido

adotadas, por ocasião dos trabalhos de auditoria conduzidos junto à Entidade, providências que se apresentam tratadas em itens específicos deste relatório de auditoria (2ª Parte).
4. Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN-TCU-102/2009 , e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

4.1 ITEM 01 - AVAL RESULTADOS QUANTI/QUALI GESTÃO

No exercício de 2009, a Companhia Nacional de Abastecimento (Gestão 22211) recebeu crédito autorizado no valor de R$ 3.822.355.928,00, sendo o montante de R$ 1.048.238.720,00 por suplementação (suplementar + especial). Além disso, verificaram-se destaques recebidos por meio de Termos de Cooperação no valor total de R$ 456.680.170,06.

Do montante autorizado, R$ 3.801.228.619,00 foram destinados ao Programa Abastecimento Agroalimentar (0352); R$ 2.400.000,00 à Gestão da Política Agropecuária (0360) e R$ 18.727.309,00 ao Programa Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais (0901).

Para a Ação Formação de Estoques Públicos – PGPM (2130), do Programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar, verificou-se dotação de R$ 3.300.000.000,00 (R$ 2.300.000.000,00 autorizados no orçamento; e R$ 1.000.000.000,00 por meio de créditos adicionais - Decreto de 29/09/2009 e Lei nº 138, de 1/12/2009), equivalente a 86,81% da dotação autorizada para o referido Programa.

Com relação à execução financeira em 2009, a Entidade realizou despesas no montante de R$ 3.846.291.962,56, distribuídas entre os programas a seguir identificados, apresentados de forma decrescente quanto ao valor executado:

Programa	Créditos autorizados / recebidos	Valor liquidado	% do total liquidado
0352 - Abastecimento Agroalimentar	3.801.228.619,00	3.369.205.095,27	87,60%
1049 - Acesso à Alimentação	350.437.972,11	350.377.308,21	9,10%
0351 - Agricultura Familiar – PRONAF	100.165.205,72	100.154.545,22	2,60%
0901 - Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais	18.727.309,00	18.402.443,83	0,48%
1029 - Resposta aos Desastres e Reconstrução	3.819.702,19	3.815.701,57	0,10%
0360 - Gestão da Política Agropecuária	*3.049.675,00	2.729.253,42	0,08%
0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira	929.024,13	929.024,13	0,03%
1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar	678.590,91	678.590,91	0,01%
Total	**4.279.036.098,06**	**3.846.291.962,56**	**100%**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.
** O valor de R$ 3.049.675,00 compreende R$ 2.400.000,00 relativos à dotação autorizada, e R$ 649.675,00 referente a destaques recebidos.*

Os valores constantes dos programas *Agricultura Familiar*, *Desenvolvimento da Economia Cafeeira*, *Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar*, *Acesso à Alimentação* e

Resposta aos Desastres e Reconstrução foram recebidos pela Entidade por meio de descentralização de créditos.

No que diz respeito às Ações sob responsabilidade de execução pela Conab, verificou-se maior volume de despesas empenhadas na *Formação de Estoques Públicos – PGPM* (2130), no valor de R$2.876.664.929,48; *Gestão e Administração do Programa* (2272), no valor de R$371.690.689,25, do Programa *Abastecimento Agroalimentar*; e na *Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar* (2798), no valor de R$274.812.820,25, do Programa Acesso à Alimentação, descentralizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, conforme a seguir demonstrado:

Ação	Valor liquidado	% do total liquidado
2130 - Formação de Estoques Públicos – PGPM	2.876.664.929,48	74,79%
2272 - Gestão e Administração do Programa	371.690.689,25	9,66%
2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	274.812.820,25	7,14%
Total	**3.523.168.438,98**	**91,59%**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.

No exercício de 2009, a Conab Matriz apresentou execução na ordem de R$ 339.273.580,00 (trezentos e trinta e nove milhões, duzentos e setenta e três mil, quinhentos e oitenta reais), distribuídos entre os seguintes Programas de Governo:

Programa	Valor liquidado	% do total liquidado
0352 – Abastecimento Agroalimentar	333.300.958,66	98,24%
0901 - Operações Especiais – Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.590.720,41	0,76%
0360 - Gestão da Política Agropecuária	1.390.282,66	0,41%
0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira	929.024,13	0,28%
1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar	678.590,91	0,20%
1049 - Acesso à Alimentação	296.867,83	0,08%
0351 – Agricultura Familiar – PRONAF	87.135,40	0,03%
Total	**339.273.580,00**	**100%**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.

Cumpre consignar, por relevante, a execução de despesas verificadas nas Unidades Gestoras vinculadas à Conab Matriz, detalhadas por Ação, com base em consulta ao Siafi Gerencial 2009, tendo em vista sua inclusão nos resultados apontados no Relatório de Gestão da Companhia:

UG 135153 (UA/Brasília)	
Ação	**Valor liquidado (R$)**
2272 - Gestão e Administração do Programa	1.044.444,27
2792 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	23.477,41
2012 - Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados	34,00

UG 135153 (UA/Brasília)	
Ação	**Valor liquidado (R$)**
2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	207.000,00
4572 – Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação	1.400,00
Total	**1.276.355,68**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.

UG 135167 (Unidade do Estoque Estratégico/DF)	
Ação	**Valor liquidado (R$)**
2792 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	1.428.414,90
2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	209.560,74
2B83 - Operacionalização da Aquisição, Armazenagem e Revenda de Produtos da Agricultura Familiar	214.708,63
4564 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres	2.917,87
Total	**1.855.602,14**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.

UG 135168 (Núcleo Estoque Regulador/DF-PGPM)	
Ação	**Valor liquidado (R$)**
2130 - Formação de Estoques Públicos	269.624,33
Total	**269.624,33**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.

UG 135347 (Núcleo do Estoque Estratégico - Sede - EE)	
Ação	**Valor liquidado (R$)**
2130 - Formação de Estoques Públicos	32.270.637,53
2272 - Gestão e Administração do Programa	37.277,34
2792 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	392.538,20
2802 - Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	142.123,33
2B83 - Operacionalização da Aquisição, Armazenagem e Revenda de Produtos da Agricultura Familiar	906.643,57
4564 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres	126.850,39
Total	**33.876.070,36**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.

UG 135348 (Núcleo Estoque Regulador – Sede - ER)	
Ação	**Valor liquidado (R$)**
2130 - Formação de Estoques Públicos	2.139.691,37
Total	**2.139.691,37**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.

UG 135428 (MO/DF)	
Ação	**Valor liquidado (R$)**
2130 - Formação de Estoques Públicos	955.738,62
Total	**955.738,62**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.

UG 135595 (Unidade Mercado de Opções - Sede)	
Ação	**Valor liquidado (R$)**
2130 - Formação de Estoques Públicos	23.126.196,68
Total	**23.126.196,68**

Fonte: SIAFI Gerencial 2009.

No que diz respeito à execução da ***Ação Formação de Estoques Públicos***, que representa a principal ação finalística da Companhia, verificou-se aporte de R$ 70.000.000,00 para a Conab Matriz, executados nas Unidades Gestoras vinculadas (não se verificaram despesas liquidadas na UG 135100 na referida Ação), conforme apresentado na tabela a seguir.

Execução orçamentária		
Prevista para a Ação (Matriz) (R$)	**Despesa liquidada (R$)**	**% despesa liquidada/ previsão**
70.000.000,00	58.761.888,53	83,95%

Fonte: LOA, SIGPLAN e Siafi Gerencial.

Consoante informação apresentada no Relatório de Gestão, 90,67% das despesas realizadas pela Matriz verificaram-se com 'Armazenagem', o que evidencia a priorização na alocação dos recursos disponíveis em atividade finalística da Companhia.

A execução física prevista para a Ação na LOA consignou a meta de 5.892.160 toneladas de produtos adquiridos, realizada na ordem de 97,43%, com a aquisição de 5.741.059 toneladas de produtos.

Execução física (produtos adquiridos - toneladas)		
Prevista para a Ação (LOA)	**Realizada**	**% de execução**
5.892.160	5.741.059	97,43%

Fonte: LOA e SIGPLAN

Conforme informado pelo Gestor no Relatório de Gestão, no momento do pedido de suplementação orçamentária da Ação, a Companhia solicitou também alteração da meta física, de 5.892.160 toneladas para 7.712.160 toneladas. No entanto, tanto o Decreto como a Lei que aprovaram as suplementações não fizeram referência ao aumento da meta física, razão pela qual foi mantido o valor aprovado na LOA.

O resultado apresenta-se satisfatório evidenciando que a Matriz apresentou bons resultados quanto à Ação no exercício de 2009. Ademais, a segunda suplementação orçamentária autorizada para a Companhia na Formação de Estoques Públicos, no valor de R$ 770.000.000,00 foi aprovada no dia 18/12/2009, sem tempo hábil para a execução dentro do mesmo exercício.

4.2 ITEM 02 - AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO

Foram analisados 9 indicadores utilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento, obtidos do Relatório de Gestão Conab – Exercício 2009, item 2.4.5, constatando-se que somente o indicador do 'Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas' atende aos critérios de utilidade (mede os produtos) e mensurabilidade (utiliza dados simples, auditáveis e de obtenção econômica).

Os dados apresentados a seguir foram extraídos do Relatório de Gestão.

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	Tipo
Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA	(valor executado/valor previsto na LOA)*100	Eficácia*
Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas	Percentual de informações geradas e disponibilizadas	(Número de informações disponibilizadas/Quantidade Prevista na LOA)*100	Eficácia
Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias	Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA	(valor liquidado/valor previsto na LOA)*100	Eficácia*
Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA	(valor executado/valor previsto na LOA)*100	Eficácia*
Percentual de Execução Financeira Utilizada para a Integração das Centrais de Abastecimento na Base de Dados dos Mercados Hortigranjeiros	Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA	(valor liquidado/valor previsto)*100	Eficácia*
Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos	(valor liquidado/valor previsto)*100	Eficácia*
Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras	Percentual de gastos com pesquisa de safras	(valor liquidado/valor previsto)*100	Eficácia*
Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA	(valor liquidado/valor previsto)*100	Eficácia*
Percentual de Execução Financeira	Percentual de gastos com vistoria dos estoques	(valor executado/dotação	Eficácia*

na Vistoria dos Estoques Privados		prevista na LOA)*100	

Fonte: Relatório de Gestão Conab – exercício 2009.

** Eficácia quanto ao atingimento da meta financeira.*

O quadro a seguir apresenta análise dos indicadores quanto à utilidade e à mensurabilidade.

Nome do Indicador	Descrição do Indicador/Fórmula de cálculo	É útil ao gestor?	É mensurável?
Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA	Não	**Sim**
Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas	Percentual de informações geradas e disponibilizadas	Sim	Sim
Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias	Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA	Não	Sim
Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA	Não	Sim
Percentual de Execução Financeira Utilizada para a Integração das Centrais de Abastecimento na Base de Dados dos Mercados Hortigranjeiros	Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA	Não	Sim
Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos	Não	Sim
Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras	Percentual de gastos com pesquisa de safras	Não	Sim
Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria	Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA	Não	Sim
Percentual de Execução Financeira na Vistoria dos Estoques Privados	Percentual de gastos com vistoria dos estoques	Não	Sim

A referida análise considerou os termos da Portaria TCU n.º 389, de 21 de dezembro de 2009, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao conteúdo do relatório de gestão referente ao exercício de 2009. Ao tratar sobre os Indicadores Institucionais, define a utilidade dos indicadores como a 'Utilização efetiva do indicador em processo de tomada de decisão gerencial que afete o desempenho da UJ' e afirma que a utilidade de um indicador reside na capacidade de sintetizar, em uma única expressão, as múltiplas variáveis correlacionadas com o fenômeno-objeto. Além disso, orienta o gestor a apresentar os indicadores institucionais desenvolvidos pela UJ para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão no exercício.

Dos indicadores apresentados, apenas o indicador 'Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas' propõe-se a medir os produtos, consistindo em ferramenta de acompanhamento mensal do

atingimento da meta física estabelecida na Lei Orçamentária. No entanto, considerados em grupo, os indicadores apresentados não contribuem para a geração de informações gerenciais, sendo insuficientes para auxiliar o gestor na tomada de decisão.

4.3 ITEM 03 - AVAL. FUNCIONAMENTO SIST. CI DA UJ

A avaliação sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ abordou aspectos do ambiente interno; de avaliação de risco; dos procedimentos de controle adotados; dos canais/veículos de informação e comunicação; e do monitoramento dos controles implementados.
Os exames consistiram nas informações coletadas em entrevista com auditores da Audin, em 8/7/2010, e na análise de documentação apresentada pela Conab, em atendimento à Solicitação de Auditoria 246697/07, de 12/7/2010.

O Código de Ética da Companhia foi instituído em 2007, verificando-se a designação do Comitê Interno de Ética pela Portaria n.º 157, de 15/7/2008, conforme previsto no Decreto n.º 6029, de 1/2/2007, atribuído da orientação sobre a ética profissional, de determinar as ações necessárias para disseminação do código, do Decreto Lei n.º 1171, de 22/06/94, do Estatuto e do Regulamento de Pessoal da Companhia, e avaliação periódica das questões éticas (atualização), dentre outras.

Na entrevista apurou-se que no exercício não se verificaram eventos direcionados visando disseminar e/ou reforçar os princípios éticos. Segundo os entrevistados, a atuação do Comitê foi reduzida com a instituição da Ouvidoria, posto o redirecionamento das demandas (denúncias ou representações formuladas sobre questões éticas) à essa unidade orgânica.

O exame à documentação encaminhada pela Gerência de Capacitação e Desenvolvimento da Superintendência de Modernização e Capacitação da Diretoria Administrativa – DIRAD/Conab que apresentou as informações sobre as políticas e/ou programas para desenvolvimento de competências funcionais necessárias ao negócio e ao processo de gestão da Companhia, resultou que a Entidade promoveu ações no sentido de melhoria no nível de capacitação e desenvolvimento dos empregados, buscando maior desempenho e produtividade nos serviços prestados. Destaque-se a aprovação da Norma de Treinamento, Desenvolvimento e Educação – TD&E, mediante Resolução n.º 02, de 11/2/2009, e o Plano de Educação Corporativa – PEC 2008/2009 que visa consolidar o planejamento educacional da Conab, e apresentar proposta baseada nas reais necessidades dos empregados e das diretrizes norteadoras da capacitação e desenvolvimento de competências do corpo funcional da Companhia, como estratégia para a consolidação dos objetivos e metas organizacionais.

O Planejamento Estratégico foi desenvolvido resultando no Mapa Estratégico Corporativo, com a definição dos objetivos estratégicos, indicadores, iniciativas estratégicas e a definição de metas, assim como da missão, visão e propostas de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia, no âmbito do Projeto BRA/03/034 – Revitalização da Conab, como um dos objetivos específicos de 'Instituição de um Programa de avaliação do desempenho da Companhia Nacional de Abastecimento'.

Entretanto, restou verificada a não efetividade do referido planejamento, desde o exercício de 2007, conforme Ofício DIPAI n.º 267, de 14/7/2010; de informação apurada nos trabalhos de auditoria realizados no Projeto BRA/03/034 (inseridos no presente trabalho), assim como na entrevista referenciada, devido a *mudanças na direção da Companhia em 2007 acabaram por sobrestar o Planejamento Estratégico e a continuidade na realização das Reuniões de Avaliação Estratégica – RAEs para avaliação periódica dos resultados, a partir dos indicadores definidos*.

Não obstante, a Entidade apresentou informações e documentação pertinente sobre o acompanhamento, de forma sistemática e periódica, de eventos externos que afetam o negócio da Companhia (Ofício DIPAI n.º 267, de 14/7/2010), destacando-se, em síntese:

> (i) Na Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF: levantamentos e avaliações de safras agrícolas, custos de produção e estatísticas diversas; coleta, tratamento e a disponibilização de preços, índices de produção, importação, exportação e consumo, dos produtos de interesse da Conab, acompanhamento dos indicadores econômicos e financeiros, com a publicação no boletim "Indicadores da Agropecuária", a cada mês; cálculo dos custos de produção para cerca de 500 produtos, contemplando os segmentos da agricultura empresarial, familiar e da biodiversidade; atualização a cada 2 anos dos coeficientes técnicos e dos preços dos insumos a cada 2 meses.
> (ii) Na Superintendência de Gestão da Oferta – SUGOF: atividades focadas na análise de mercado dos produtos agropecuários, desenvolvimento de análise dos produtos da PGPM, identificando a necessidade de intervenção e atuando na programação comercial.

Importa consignar que não foram identificados procedimentos adotados pela Entidade para diagnosticar eventos internos suscetíveis a causar impacto na realização de seus objetivos.

Conforme os entrevistados, a unidade responsável pela divulgação contínua de informações e mudanças na legislação e normativos relevantes na organização consiste na Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional - COPRI, originariamente, e a Superintendência de Modernização e Capacitação Institucional – SUMOC, de forma secundária.

A Companhia apresentou informações sobre os principais instrumentos utilizados para a disseminação de informações para apoio à gestão (folders, sítio da Conab, Relatórios Gerenciais) – constituídos, em geral, sobre os resultados das atividades desenvolvidas para a consecução dos objetivos da Entidade. Dentre as informações apresentadas sobre os procedimentos adotados no exercício de 2009, informativos e Relatórios produzidos objeto de exame, cabe destacar o que segue.

O Ofício DIRAB N.º 938, de 13/7/2010, informa que os dados das operações conduzidas pela SUOPE/DIRAB são disponibilizados para todas as Superintendências Regionais, Bolsas de Mercadorias e/ou de Futuros e MAP, no máximo após dois dias da realização, contendo informações de quantidade, valores, bolsas que realizaram o negócio e adquirentes/participantes. Informações constantes também para o público em geral no sítio da Conab (resultados de leilões). Anexa

folderes de orientações sobre os instrumentos utilizados pela Conab (Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras; Rede Armazenadora Conab; e BERIBERI – Alternativas para a prevenção).

Conforme informações no Despacho de 14/7/2010, da SUPAB/DIRAB, apresentado pelo Ofício AUDIN n.º 014, de 16/7/2010:

1. Disseminação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT no sítio www.ceasa.gov.br. Informações diárias comerciais de caráter geral, acompanhamento de preços, notícias, publicações, tendências, dentre outras de interesses dos mercados atacadistas e da sociedade como um todo.

2. Produção de Relatório de Atividades, denominado Abastecimento Social, com diagramação sintética e encaminhamento às Unidades Armazenadoras, Superintendências Regionais, Matriz e as Gerências de Área, e Diretoria Colegiada. Em exame ao referido Relatório observou-se que apresenta os resultados alcançados das Atividades sob responsabilidade da SUPAB (Ação / Quantificação / Beneficiários).

3. Elaboração pela Diretoria Financeira do Relatório Sintético das Atividades da Conab ao Conselho de Administração. Exame ao referido Relatório do mês de setembro/2009, que apresenta os dados referentes até o mês referenciado (quantidade / R$) sobre: Demonstração de Resultados; Execução Orçamentária – Despesas Liquidadas; Orçamento – Limite de Empenho; Programa de Investimentos; Fluxo de Caixa; Despesas com Sentenças Judiciais; Estimativa de Área Plantada; Estimativa de Produção de Grãos; Aquisições de Produtos; Vendas de Produtos; Estoques Públicos de Produtos; Programa Vendas em Balcão; Ações Sociais de Segurança Alimentar; Outros Programas a cargo da Conab; Conjuntura Agrícola (inclusive, informações qualitativas); e Preços Mínimos.

4. Resultados das ações desenvolvidas presentes no Relatório de Gestão Trimestral, gerado pela Superintendência de Orçamento e Avaliação – SUPOR. No exame ao Relatório do 2º Trimestre de 2009 verificou-se que tem por objetivo apresentar a atuação da Conab durante o período referenciado, destacando os resultados alcançados nas diversas atividades executadas, a partir dos dados e informações gerenciais fornecidos pelas unidades orgânicas da Companhia: Ações Orçamentárias; comercialização de estoques públicos; participação na execução do Fome Zero; recomposição dos ativos pela cobrança de dívidas; ações sociais realizadas por meio de repasses orçamentários/financeiros dos parceiros; execução orçamentária e financeira e o último balanço patrimonial.

Os sistemas de informações financeiras, gerencias ou operacionais utilizados na Entidade, conforme apresentado, consistem nos seguintes:
- Sistema Integrado de Planejamento SIPLAN/MAPA, para acompanhamento da execução física e financeira dos Programas/Ações.
- SIAFI e SIAFI Gerencial para o acompanhamento das Operações Financeiras.
- Sistema de Cobrança – SISCOB para registros das cobranças.
- Sistema de Gestão de Contratos SISCOT trata dos registros dos Contratos Administrativos e Contratos de Cessão de Uso de Bens Imóveis, controle dos vencimentos das parcelas de pagamentos e controle dos termos aditivos.
- Sistema de Controle das Operações de Subvenção SISSUB (módulo

cana-de-açúcar) trata do controle das operações de subvenção recebida pelo produtor na comercialização da cana-de-açúcar ao mercado (usina).
- Sistema de Faturamento e Controle de Estoques x-Fac, em substituição ao Sinteg, efetua controles integrados das operações relacionadas com faturamento, controle de estoques, atualização contábil e escrituração fiscal.
- Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento SIAGRO que trata de informações de séries, preços de produtos e índices econômicos.
- Sistema de Controle de Material SISMAT.
- Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras SICARM trata de todo o ciclo de vida dos armazéns (cadastro, impedimento, credenciamento e descredenciamento, cadastro de contrato, termo aditivo, termo de rescisão, impedimentos, descredenciamentos e recredenciamentos de agentes, registro de perdas de estoque e informações relativas às ofertas de armazenagem existentes nas diversas regiões do país).
- Sistema de Gestão de Estoque SIGEST que trata do controle das demandas e programação orçamentária, o registro de propsotas de participação dos mecanismos do PAA: Compra Antecipada Espeical da Agricultura Familiar – CPR Doação; e Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR/Estoque.
- Sistema de Avaliação de Safras (café e cana-de-açúcar) que trata do cadastramento dos levantamentes e avaliação de safras: informações sobre à diferença de área plantada em relação à safra anterior; acompanhamento de dados sobre a colheita / comercialização ao longo do ano; acompanhamento de informações sobre áreas agrícolas.
- Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil SIMAB.
- Sistema Aplicado à Administração Quantiqualitativa de Armazenagem de Grãos SAAGRA.
O Sistema de Ouvidoria – SISOUV consiste no sistema de controle e comunicação de atendimento aos empregados e clientes externos. Os canais de comunicação colocado à disposição pela Ouvidoria da Entidade para encaminhamento de manifestações consistem no site, e-mail, telefone, correspondência, fax. Essa unidade orgânica analisa as manifestações, verifica a consistência no preenchimento das informações (identificação do manifestante, classificação por natureza – denúncia, elogio, informação, reclamação, sugestão, crítica e outros -,local da ocorrência, procedência e destino), seleciona o encaminhamento adequado para a questão formulada e envia para a área responsável pelo assunto, se for o caso. No retorno, verifica-se a consistência da resposta em relação ao conteúdo das questões formuladas e, caso necessário, lançadas no sistema SISOUV, para ciência do demandante. No Relatório Anual de Atividades da Ouvidoria apresentado verificou-se que das demandas recebidas, 28% consistiram em 'crítica', classificação para as que se referem aos assuntos institucionais relacionados à aplicabilidade das leis, normas e regulamentos, entre outros; e com relação à situação das demandas em 31/12/2009, 86% das questões foram solucionadas/finalizadas.

Entretanto, cabe registrar que o referido Relatório não expressa sobre as ações investigativas e/ou corretivas adotadas em face de cada natureza de demanda e sobre a avaliação da demanda relacionada ao eventual impacto nas atividades da entidade.

A circunstância de não efetividade do Planejamento Estratégico desde

o exercício de 2007 determinou a não subsistência da sistemática de acompanhamento (monitoramento) de controles implementados com o objetivo de aprimorar os processos da Companhia, conforme apurado na entrevista.

Não obstante, buscando identificar as metodologias, técnicas ou ferramentas para o monitoramento, a Solicitação de Auditoria referenciada apresentou requerimento para a Entidade apresentar informações da sistemática de acompanhamento adotada para monitorar os controles internos implementados para operações financeiras e para execução física e financeira dos programas/ações finalísticos da Companhia, como lista de verificação, fluxograma.

A Entidade encaminhou resposta conforme segue:

"Operações Financeiras: Diariamente são extraídos os dados necessários do SIAFI via SIAFI Gerencial, os quais alimentam planilhas em excel, formando assim uma espécie de banco de dados, de onde são gerados os relatórios que serão analisados pela Superintendência de Finanças, Diretoria Financeira e outras áreas de interesse. A Gerência de Execução Orçamentária - Georc é responsável pelos relatórios sobre orçamento, a Gerência de Execução Financeira - Gefin pelos relatórios financeiros, a Gerência de Programação Financeira - Gepro pelos relatórios de programação e os controles de fluxo de caixa da empresa e a Gerência de Controle Financeiro e Operações Governamentais - Gefog pelos relatórios relativos aos recursos 2OC.
Cobranças: Após formado o processo de cobrança e registrado no SISCOB e SIAFI, é realizada a cobrança administrativa, e posteriormente, em caso de insucesso, a Conab inicia a cobrança judicial. Os recebimentos oriundos das cobranças são creditados na Conta Única do Tesouro Nacional por meio de GRU e baixados nos mesmos sistemas."

As informações apresentadas não constituíram as atividades de monitoramento, verificando-se restritas a sintetizar o fluxograma dos processos operacionais referenciados. Dessa forma, consistiram-se insuficientes para considerar a existência de monitoramento de controles internos nos níveis operacional e gerencial.

Cumpre consignar que no exercício de suas atribuições, a Audin aborda o monitoramento e avaliação dos controles internos da Companhia, cujos resultados encontram-se sistematizados nos instrumentos utilizados pela unidade orgânica e determinantes para proposições de melhoria nos controles internos da Entidade.

4.4 ITEM 04 - AVAL. SITUAÇÃO TRANSF. CONC./RECEB.

O quadro apresentado a seguir indica o escopo dos exames realizados sobre as Transferências Concedidas ou Recebidas pela Conab em 2009.

Transferências Concedidas ou Recebidas em 2009 (R$)	Montante auditado (R$)	Montante auditado (%)
477.553.850,43	475.046.127,17	99,47%

Segundo dados do SIAFI, no exercício de 2009, a Conab-Matriz recebeu transferências no valor total de R$ 476.624.826,30 (quatrocentos e setenta e seis milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta centavos), dos quais R$ 475.046.127,17

(quatrocentos e setenta e cinco milhões, quarenta e seis mil, cento e vinte e sete reais e dezessete centavos) foram objeto de exame quanto ao cumprimento dos objetos plasmados nos Termos de Cooperação firmados com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Ministério da Integração Nacional – MI.

Desses, não foi apresentado o Relatório de Cumprimento do Objeto do Termo de Cooperação assinado com o MDA, no valor repassado de R$ 118.259.327,17 (cento e dezoito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e sete reais e dezessete centavos). Dentre os demais, o Termo de Cooperação n.º 01/2009 SESAN/MDS-CONAB, cujo objeto consiste na 'Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos', no valor de 61,4 milhões em 2009, não atingiu o índice planejado de 4,57 cestas/família/ano devido a dificuldades operacionais na distribuição, causadas por deficiência logística dos órgãos parceiros e por atrasos no cronograma de aprovação/execução.

Com relação às transferências concedidas, o Relatório de Gestão indica que foram repassados R$ 929.024,13 (novecentos e vinte e nove mil e vinte e quatro reais e trezes centavos) ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, objeto de auditoria em trabalho específico realizado por esta Controladoria-Geral da União.

O quadro a seguir apresenta a avaliação, por amostragem, da situação das transferências concedidas e recebidas.

Código de Identificação SIAFI	**Observância aos Arts. 11 e 25 da Lei Complementar nº 101/2000***	**Atos e fatos que prejudicaram o desempenho**	**Providências adotadas**
MI – UG 530012 2009NC000005, 2009NC000029.	Não se aplica	Deficiência na gestão do prazo de validade, deficiência logística dos parceiros e atraso no cronograma	Iniciativas para alterações no sistema de gestão de estoques e a assinatura de 'Acordo de Cooperação Técnica e Operacional'
MDA – UG 490002 2009NC000932, 2009NC001038, 2009NC001564, 2009NC000285, 2009NC001039, 2009NC001131, 2009NC001365, 2009NC001592.	Não se aplica	Não foram observados	Não se aplica
MDS – 001/2009 UG 550008 2009NC000001, 2009NC000135, 2009NC000137, 2009NC000139.	Não se aplica	Não atingimento da meta devido à deficiência logística dos parceiros e atraso no cronograma	Celebrado Plano de Trabalho Plurianual 2010-2012
MDS – 003/2009 UG 550008 2009NC000001, 2009NC000005, 2009NC000107, 2009NC000135, 2009NC000137, 2009NC000139, 2009NC000144.	Não se aplica	Não foram observados	Não se aplica

** A análise quanto à observância dos artigos 11 e 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplica ao caso em tela, pois ambas tratam da descentralização de recursos a outros entes federativos.*

A tabela a seguir demonstra os recursos recebidos pela Conab/Matriz por meio de destaques orçamentários para operacionalização dos Termos de Cooperação firmados em 2009:

Concedente	Programa	Ação	Destaque Recebido	(%)
SESAN/MDS	1049 - Acesso à Alimentação	2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	274.900.000,00	57,68
		2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	61.400.000,00	12,88
		2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	15.400.000,00	3,23
	1049 Total		**351.700.000,00**	**73,79**
SESAN/MDS Total			**351.700.000,00**	**73,79**
SAF/MDA	0351 - Agricultura Familiar (PRONAF)	2B81 - Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)	106.113.062,00	22,26
		2B83 – Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA	12.146.265,17	2,55
	0351 Total		**118.259.327,17**	**24,81**
SAF/MDA Total			**118.259.327,17**	**24,81**
SEDEC/MI	1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução	4564 – (RAP 2008) Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres	5.086.800,00	1,07
	1029 Total		**5.086.800,00**	**1,07**
SEDEC/MI Total			**5.086.800,00**	**1,07**
SPAE/FUNCAFÉ/MAPA	0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira	2272 – Gestão e Administração do Programa	929.024,13	0,19
	0350 Total		**929.024,13**	**0,19**
SPAE/FUNCAFÉ/MAPA Total			**929.024,13**	**0,19**
SPA/MAPA	0360 - Gestão da Política Agropecuária	2272 – Gestão e Administração do Programa	649.675,00	0,14
	0360 Total		**649.675,00**	**0,14**
SPA/MAPA Total			**649.675,00**	**0,14**
Total Geral			**476.624.826,30**	**100,00**

Verifica-se da Tabela que SESAN e SAF foram responsáveis por 98,6% do total repassado à Matriz, configurando-se como as duas maiores parceiras da CONAB na execução das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. A SEDEC aparece em terceiro e, em que pese a baixa materialidade frente aos demais, destaca-se pela visibilidade que a política de Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres tem alcançado junto à mídia e pela capacidade de influir na imagem da Companhia frente a opinião pública.

Em 2009, foram firmados dois termos de cooperação com a SESAN: um de vigência plurianual, com duração prevista até julho de 2011 e dotação de 700 milhões até a execução do Plano de Trabalho e 290

milhões para o exercício (acrescidos de 300 mil liberados por emenda parlamentar), e engloba as ações 2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e 2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar; o segundo, vinculado à Ação 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, com dotação de 61,4 milhões para o exercício. Com a SAF, foi firmado um único Termo de Cooperação, cujo valor total previsto foi de cerca de 133,94 milhões, dos quais 118,26 milhões foram efetivamente repassados.

O quadro a seguir destaca as características comuns entre as duas ações de maior materialidade executadas pela Conab mediante termos de cooperação.

A primeira, vinculada ao MDS, é voltada à prestação de assistência a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar, enquanto a segunda, sob responsabilidade do MDA, visa a comercialização no mercado tradicional e a formação de estoques estratégicos. Apesar dessas diferenças, as semelhanças (anualidade, execução descentralizada, aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares) facilitam a gestão associada de tais políticas públicas, uma vez que se utilizam de macroprocessos em comum, tais como a aquisição de alimentos da agricultura familiar, a gestão estratégica dos referidos estoques e os trâmites necessários à assinatura do Termo de Cooperação.
Como decorrência natural das atividades de gestão dessas políticas públicas, a Conab desenvolveu procedimentos visando otimizar a aplicação dos recursos públicos, dentre os quais citamos: o uso de estoques estratégicos e da agricultura familiar para o atendimento a calamidades, o 'rodízio' de produtos visando evitar a perda por perecimento dos estoques de menor giro e a doação aos bancos de alimentos na iminência do vencimento da validade. Quanto a esse último caso, foi recomendado à Entidade que altere o Sistema de Faturamento e Controle dos Estoques Públicos (xFAC) para que passe a controlar automaticamente o prazo de validade dos produtos beneficiados e a alertar os parceiros e gestores envolvidos quando da proximidade do vencimento, evitando-se o regime de urgência na destinação das cestas.
A gestão dos estoques da Defesa Civil possui peculiaridades, visto que, caso não ocorram calamidades na região, o baixo giro do estoque demanda a adoção de estratégia para evitar o perecimento por perda da validade e, ao mesmo tempo, os estoques devem ser suficientes (além de estrategicamente posicionados) para garantir o atendimento da população no menor tempo possível.
Cabe ressaltar que, no exercício 2009, a Conab firmou seu primeiro Termo de Cooperação plurianual, assinado com o MDS visando a execução das Ações 2798 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e 2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar. A iniciativa beneficia o planejamento do fluxo de estoques, em especial quanto aos estoques de passagem (aqueles que satisfarão a demanda no início do exercício), minimizando eventuais comprometimento do cronograma de execução.
Em 2010, foi firmado Termo de Cooperação 2010-2012 para a execução descentralizada da Ação 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos. Além de adotar Termos de Cooperação Plurianuais, a Companhia apontou como instrumento de melhoria da gestão descentralizada das políticas públicas a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Operacional CONAB/MDS/MDA/MI com o objetivo de "facultar à CONAB, na condição de administradora dos

estoques, gerir e girar os produtos de acordo com o vencimento, evitando possíveis perdas, mantendo os estoques pulverizados em todo o território nacional, agilizando eventuais distribuições emergenciais, minimizando as ocorrências que poderiam advir do baixo giro dos estoques da Defesa Civil."

4.5 ITEM 05 - AVAL. REGULAR. PROC. LICITAT. DA UJ

Conforme informação apresentada pela Entidade em atendimento à Solicitação de Auditoria n.º 246697/003, de 5/7/2010, a Conab Matriz realizou, durante o exercício de 2009, processos licitatórios que envolveram um montante de R$ 21.206.334,61 (vinte e um milhões, duzentos e seis mil, trezentos e trinta reais e sessenta e um centavos), conforme demonstrado no quadro a seguir.

Tipo de Aquisição de bens/serviços	Valor no exercício (R$)	% Valor sobre total	Montante auditado (R$)	% recursos auditados
Dispensa	1.018.145,35	4,79%	149.006,97	0,60%
Inexigibilidade(*) (**)	1.057.079,63	4,98%	683.729,97	2,81%
Convite	-	-	74.920,00	0,31%
Tomada de Preços	357.000,00	1,67%	305.413,52	1,25%
Concorrência	280.236,00	1,31%	20.439.426,53	83,98%
Pregão	18.493.873,63	87,25%	2.678.774,94	11,05%
Total	**21.206.334,61**	**100%**	**24.334.271,94**	**100%**

Fonte: Resposta à SA 246697/003, de 05/07/2010

** Para seis processos não foi indicado o valor da licitação, tendo sido informado que com relação aos valores dos contratos, por variarem em função da prestação dos serviços, não foram estabelecidos. Rezam, para todos os contratos, em suas Cláusulas Décima Segunda: "O valor do presente contrato será correspondente ao total a ser pago à contratada pela contratante pelos serviços prestados, considerando o quantitativo de produtos classificados no valor de remuneração e a expedição de certificados, indicados na tabela constante na Cláusula Sexta".*

*** Para sete processos não foi indicado o valor da licitação, tendo sido informado que não houve faturamento no ano de 2009.*

Com base em consulta das despesas executadas para a Matriz, em consulta ao SIAFI Gerencial, exercício 2009, foram selecionados, com base em critérios de materialidade, relevância e criticidade, os processos a seguir identificados. A partir dos processos analisados verificou-se que as contratações apresentaram correto enquadramento nas modalidades licitatórias e verificaram-se compatíveis com as necessidades da Entidade.

Número da Licitação	Contratada/CNPJ	Valor da Licitação Liquidado em 2009	Motivo da Contratação	Objeto	Oportunidade e Conveniência	Modalidade	Fundamento da dispensa ou da inexigibilidade
Inexigibilidade de Licitação n.º 6/2008 Contrato Administrativo CONAB N.º 048/2008 assinado em 08/08/2008 e cuja vigência foi prorrogada até 07/08/2010 por meio do Termo Aditivo N.º 01	09.168.704/0001-42 Valor da Contratação: 260.000,00 (valor global anual)	Não se verificaram pagamentos no exercício de 2009, em razão da contratada apresentar pendências junto ao SICAF.	Contrato celebrado com a EBC que sucedeu a RADIOBRÁS, tendo como motivação o fato da prestação de serviços de distribuição de publicidade legal dos órgãos da Administração Federal, quando divulgados em veículos da imprensa comum e geral (jornais e revistas) deverá ser obrigatoriamente feita por intermédio da Empresa Brasileira de Comunicações S/A – Radiobrpas, com fundamento no Art. 25, caput, da lei 8.666/93" (Decisão TCU nº 538/1999)	Contrato de distribuição de publicidade	Adequada	Devida	Adequada Fundamentação: Art. 25, caput, Lei 8.666/93
Inexigibilidade	00.735.860/0001-73	683.729,97	Credenciamento	Contrato de	Adequada	Devida	Adequada

Número da Licitação	Contratada/CNPJ	Valor da Licitação Liquidado em 2009	Motivo da Contratação	Objeto	Oportunidade e Conveniência	Modalidade	Fundamento da dispensa ou da inexigibilidade
licitação s/n° Processo 21200.001490/2010-65	 Valor da Contratação: R$ 38,00 por consulta (contrato com vigência de 5 anos)		no Serviço de Assistência à Saúde - SAS da Conab	credenciamento para prestação de serviços médicos especializados			Fundamentação: Art. 25, caput, Lei 8.666/93
Inexigibilidade de licitação n.° 04/2009 Processo 21200.001332/2009-71	80.680.093/0001-81 Valor da Contratação: 494.122,44 (valor global estimado)	Não se verificaram pagamentos no exercício de 2009	Continuidade de prestação dos atuais serviços de atualização de versão e suporte técnico do sistema Vetorh	Contratação dos serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenção evolutiva do sistema de gestão de RH VETOR.	Adequada	Devida	Adequada Fundamentação: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93
Convite 03/2008 Processo 21200.001225/2008-62	05.000.860/0001-49 Valor da Contratação: 74.920,00	74.920,00	Necessidade de execução de serviços de reforma e adaptação nas instalações do Arquivo da Conab a fim de adequá-las às necessidades atuais da Companhia de acordo com o Voto DIAFI n°169/08, aprovado na 876ª REDIR, realizada em 28/10/08.	Contratação de serviços de execução da ampliação do arquivo inativo da CONAB/Matriz	Adequada	Devida	-
Concorrência n.°01/2008 Processo 21200.001799/2008	Consórcio 47.892.906/0001-21 87.228.940/0001-06 Valor da	20.439.426,53	Ampliação da capacidade de armazenamento de grãos na região do	Conclusão das obras do armazém graneleiro para 100.000 t, localizado em	Adequada	Devida	-

Número da Licitação	Contratada/CNPJ	Valor da Licitação Liquidado em 2009	Motivo da Contratação	Objeto	Oportunidade e Conveniência	Modalidade	Fundamento da dispensa ou da inexigibilidade
-31	Contratação: 35.185.979,94		Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba e posicionamento estratégico de estoques	Uberlândia/MG, englobando o fornecimento, montagem e testes dos equipamentos eletromecânicos e instalações e término das obras complementares da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG			
Pregão n.° 03/2009 Processo 21200.001991/2008 -27	37.979.739/0001-05 Valor da Contratação: 949.000,00	932.703,72	Suporte administrativo da Entidade	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, para empregados da CONAB – exercício de 2009	Adequada	Devida	-
Adesão a Ata de Registro de Preços referente ao Pregão n.° 01/2008 – Centro Integrado de Telemática do Exército – CITEX Processo 21200.002020/2008 -02	05.455.684/0001-30 Valor da Contratação: 2.997.655,83	1.551.153,76	Melhorias na infra-estrutura da Entidade	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação de cabeamento estruturado de dados e voz e sistema de energia elétrica estabilizada nas dependências da Matriz e no CORH da CONAB	Adequada	Devida	-

Número da Licitação	Contratada/CNPJ	Valor da Licitação Liquidado em 2009	Motivo da Contratação	Objeto	Oportunidade e Conveniência	Modalidade	Fundamento da dispensa ou da inexigibilidade
Pregão n.° 029/2009 Processo 21200.001699/2008-12	03.573.081/0001-07 Valor da Contratação: 1.270.328,65	194.917,46	Atualização do parque tecnológico da Entidade	Aquisição de impressoras laser de portes variados	Adequada	Devida	-
Pregão n.° 040/2009 Processo 21200.003112/2009-82	03.496.130/0001-55 Valor da Contratação: 16.450,00	Não se verificaram pagamentos no exercício de 2009	Suporte administrativo da Entidade	Contrato de fornecimento de jornais e revistas	Adequada	Devida	-
Adesão a Ata de Registro de Preços referente ao Pregão n.° 71/2008 - Universidade Federal da Paraíba Processo 21200.002020/2008-02	61.797.924/0007-40 Valor da Contratação: 1.216.740,00	Não se verificaram pagamentos no exercício de 2009	Atualização do parque tecnológico da Entidade	Aquisição de 58 unidades de estação de trabalho para fins de desenvolvimento de software, para alto poder de processamento e 500 unidades de estação intermediária de trabalho para fins de desenvolvimento de software ou que exijam processamento	Adequada	Devida	-
Tomada de Preços n.° 05/2008 Contrato administrativo Conab 008/2009 Processo 21200.001172/2008-80	52.803.244/0001-06 Valor contratação: 357.000,00	305.413,52	Auditoria Contábil da Entidade	Contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria contábil, para os 04 trimestres de 2008.	Adequada	Devida	-
Dispensa s/n° Processo	32.905.101/0001-06 Valor da	29.418,71	Promoção de reparos/manutenção de prédio	Contratação de empresa para execução das obras	Adequada	Devida	Art. 24, inciso II da Lei n.°

Número da Licitação	Contratada/CNPJ	Valor da Licitação Liquidado em 2009	Motivo da Contratação	Objeto	Oportunidade e Conveniência	Modalidade	Fundamento da dispensa ou da inexigibilidade
21200.002618/2009-74	contratação: 33.574,00		da Entidade	de impermeabilização da laje da cobertura da entrada principal do prédio do CDRH, bem como, de pinturas das faixas de estacionamento e meio fio do referido prédio			8.666/1993
Dispensa s/n° Processo 21200.000518/2009-11	09.110.734/0001-06 Valor da Contratação: 17.940,00	17.581,20	Promover a capacitação dos empregados da Entidade	Contratação de curso de Pós-Graduação em Auditoria Governamental, solicitado pela AUDIN, a ser realizado em Brasília, por intermédio da POSEAD-Educação a Distância em convênio com a Universidade Gama Filho, no período de 14/04/2009 a 13/04/2010, com carga horária de 420 h/a.	Adequada	Devida	Art. 24, inciso II da Lei n.° 8.666/1993
Dispensa s/n° Processo 21200.001266/2009-30	42.789.396/0001-48 Valor mensal de 41.170,00 (Contrato com vigência de 180 dias)	86.878,32 (honorários - tributos) 15.128,74 (ressarcimento de despesas)	Necessidade de atender demanda de aproximadamente 2.300 ações em tramitação, distribuídas na Justiça Federal, Justiça do	Prestação de serviços especializados de advocacia a serem feitos pela contratada à contratante.	Adequada	Devida	Art. 24, Inciso IV da Lei n.° 8.666/93

Número da Licitação	Contratada/CNPJ	Valor da Licitação Liquidado em 2009	Motivo da Contratação	Objeto	Oportunidade e Conveniência	Modalidade	Fundamento da dispensa ou da inexigibilidade
			Trabalho e Tribunais Superiores, sendo que a Companhia não dispõe de Procuradores em número suficiente para absorver a atividade contenciosa forense.				
Dispensa s/n° Processo 21200.003669/2009-13	42.789.396/0001-48 Valor mensal de 35.800,00 (Contrato com vigência de 180 dias)	Não se verificaram pagamentos no exercício de 2009.	Necessidade de atender demanda de aproximadamente 2.300 ações em tramitação, distribuídas na Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Tribunais Superiores, sendo que a Companhia não dispõe de Procuradores em número suficiente para absorver a atividade contenciosa forense.	Prestação de serviços especializados de advocacia a serem feitos pela contratada à contratante.	Adequada	Devida	Art. 24, Inciso IV da Lei n.° 8.666/1993
Total		**24.334.271,94**					

Fonte: Siafi Gerencial 2009 e análise documental de processos.

A análise da regularidade dos processos licitatórios e das dispensas e inexigibilidades realizados pela Companhia resultou nas constatações relacionadas na sequência:

- Não exigência no Edital da Concorrência Conab n.º 001/2008 do detalhamento do BDI e de incidência de BDI reduzido sobre os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica.
- Admissão, pelo edital e pelo contrato, do uso de verbas sem o respectivo detalhamento dos itens que as compõe.
- Aditamento contratual visando incluir objeto (novo) não decorrente de alteração qualitativa ou quantitativa do objeto adjudicado.
- Contratação emergencial de serviços de advocacia com preço significativamente superior ao contrato anterior. Ausência de documentação probatória da publicação no Diário Oficial da União da ratificação da Dispensa.
- Justificativa de preço que fundamentou a escolha da empresa contratada baseada em julgamento não objetivo das propostas apresentadas. Publicação extemporânea do Extrato de Dispensa de Licitação.

4.6 ITEM 06 - AVAL. DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

De acordo com os dados apresentados no Relatório de Gestão do exercício de 2009, o quantitativo de pessoal da Companhia, no referido exercício soma 4.338 empregados - apresentando um acréscimo de 96 empregados em relação a 2008 -, sendo 1.059 do quadro de recursos humanos da Conab/Matriz.

Os empregados da Matriz geraram o custo total de R$ 120.572.632,91 (cento e vinte milhões, quinhentos e setenta e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos). O quadro é composto de 1001 empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, 56 empregados nomeados para cargos de livre provimento, de origem estatutária ou não e 2 empregados requisitados com ônus para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a evolução da distribuição da força de trabalho nos exercícios de 2007 a 2009 na Conab/Matriz.

Quadro dos recursos humanos da Conab Matriz nos exercícios de 2007, 2008 e 2009:

Exercício	Celetistas (inclusive os cedidos com ônus)	Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial	Requisitados com ônus para a UJ	Total
2007	833	41	3	877
2008	1.014	47	2	1.063
2009	1.001	56	2	1.059

Fonte: Relatório de Gestão, exercício de 2009

Do quadro geral da Conab, 2.308 empregados apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 53% do corpo funcional. O quadro de pessoal da Matriz (1.059 empregados), representa 24% do quadro total

e conta com 336 readmissões, sendo que 298 empregados da Matriz encontram-se cedidos a outros órgãos (com ônus para a Conab), resultando em 747 empregados em efetivo exercício, conforme Quadro 'Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados', constante do Relatório de Gestão.

Os terceirizados e estagiários somaram 165 no exercício de 2009, sendo 78 estagiários, 62 terceirizados na área de vigilância/limpeza e 25 terceirizados na área de apoio administrativo. A despesa total com os terceirizados e estagiários resultou num montante de R$ 2.058.178,89 (dois milhões, cinquenta e oito mil, cento e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Conforme informações do Relatório de Gestão, os dois concursos públicos, desenvolvidos em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Entretanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários.

Outra peculiaridade da Companhia é a reintegração de parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. A consequência dessas reintegrações foi o aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos, bem como a elevação da idade média do quadro de empregados, decorrente do expressivo número de anistiados, que somado ao grupo já existente resultou em cerca de 61% da força de trabalho com idade superior a 50 anos.

A Entidade consigna que essa elevação da faixa etária dos empregados da Entidade sinaliza para um aumento, num espaço curto de tempo, dos casos de aposentadorias, sendo necessário uma análise sobre a possibilidade de renovação do seu quadro de recursos humanos no intuito de evitar futuros impactos nos processos finalísticos da Conab.

Com relação ao quantitativo de pessoal cedido para outros órgãos com ônus pela Companhia no exercício de 2009, conforme dados presentes no Relatório de Gestão, solicitou-se à Entidade apresentar as informações sobre as situações de inadimplência, posição de 31/12/2009 e as providências adotadas para a recuperação dos valores não reembolsados. O procedimento resultou que das 9 situações de pendência na data referenciada – montante de R$ 876.205,26 -, 33,3% verificaram-se solucionadas no mês de janeiro/2010 (valor de 209,701,02); ressarcimento em março/2010 no valor de R$ 48.595,27, restando pendente o montante de R$ 21.339,53; e as demais ainda encontram-se pendentes de providências e/ou de solução definitiva, sendo 33,3% sob ajuizamento (R$ 136.022,23).

O exame à documentação do Processo n° 1803/2005, de realização do 1° Concurso/2005 para o cargo de TNS da Conab, com o propósito de

verificar a regularidade da execução do referido procedimento e do provimento dos cargos, resultou na evidência de casos de admissão de candidatos efetivada em função diversa da qual foram aprovados.

4.7 ITEM 07 - AVAL. CUMPR. PELA UJ RECOM. TCU/CI

Foram verificados 04 Acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas da União em 2009, sendo que, somente o Acórdão n.º 5354-36 – 2ª Câmara apresentou expressa determinação do Tribunal para acompanhamento pelo Controle Interno. Os demais Acórdãos (n.ºs 0425-04/2009-1, 0814-15/2009-PL e 1835-33/2009-PL), compuseram os trabalhos por tratarem de questões relevantes tais como, melhorias de controles internos, devolução de valores, instauração de TCE.

Por meio de Solicitação de Auditoria n.º 246697/001, de 21/06/2010, foi requerido à CONAB apresentar cópia de ofícios e demais expedientes, com respectivos anexos, encaminhados pela Companhia em resposta as recomendações exaradas pela Corte de Contas nos acórdãos referidos:

- Ofício PRESI nº 127, de 31/03/2009; nº 271, de 28/07/2009; nº 071, de 16/02/2009; nº 371, de 29/09/2009; Informação PROGE N.º JR-198/2009, de 11/11/2009;
- Expediente que informou ao TCU dos resultados da Comissão de Sindicância (arquivamento) instaurada para apurar irregularidades relativas à contratação da empresa Comunicações, Processamento e Mecanismos Automação Ltda. (item 9.6.5 do Acórdão 5354-36/2009-2);
- Situação atual sobre o andamento da Ação de Execução (Acórdão 174/94 e Acórdão 052/99 – item 9.6.6 do Acórdão 5354-36/2009-2).

Após exame dos documentos referenciados, verificou-se que a Unidade atendeu as deliberações expressas nos Acórdãos analisados.

Com relação às recomendações expedidas pela CGU-PR, no período de 2009, a CONAB apresentou, por meio do Item 11-A - Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno, do Relatório de Gestão de 2009, as providências adotadas, conforme quadro a seguir:

Matriz

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
Relatório de Auditoria n.º 224909	Refere-se a Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício de 2008 - Processo de Prestação de Contas da Conab – Matriz	Conab	1 - Foi elaborado o Plano de Providências correspondente, e remetido à Controladoria Geral da União - CGU/Secretaria Federal de Controle Interno - SFC por meio do Ofício Presi n.º 0299, de 13/8/2009. 2 - Aludido Plano foi complementado com a expedição dos Ofícios Presi n.ºs 0386, de 7/10/2009, 0447, de 10/11/2009, e 0015, de 18/1/2010.

Verificou-se, após análise do Plano de Providências e dos Ofícios referidos, que a entidade regularizou as pendências em relação às constatações pertinentes ao Relatório de Auditoria da Gestão n.º 224909, que se seguem:

- **Constatação: 013** - Publicação do extrato de contrato de consultoria no D.O.U. após 26 dias de sua assinatura. Ausência de numeração ou numeração parcial dos processos de contratação de consultores .
- **Constatação: 016** - Manutenção de contrato de consultor que estabeleceu vínculo contratual com a Administração Pública Federal durante a vigência do contrato com o PNUD.
- **Constatação: 017** - Pendências com relação ao item 3.1.8.1, do Relatório de Auditoria 207852, exercício de 2007, ausência de registro do Acordo de Cooperação Técnica no cadastro de convênios do SIAFI, conforme artigo 14 da Instrução Normativa STN nº 06, de 27.10.04.
- **Constatação: 021** - Ausência de registro de convênio no Siafi, contrariando o art. 13 da IN STN 01, de 15 de janeiro de 1997, legislação aplicável à época da celebração do convênio.
- **Constatação: 032** - Permanência de registros contábeis de Cartas de Fiança datados de 1997.
- **Constatação: 043 -** Impropriedades na execução do contrato de fornecimento de serviços de braçagem, consistentes na extrapolação do limite máximo diário de horas-extras previsto contratualmente e na realização de pagamentos antecipados, antes da regular liquidação da despesa.
- **Constatação 015:** Pendências quanto à implementação de recomendações constantes em Relatórios de Auditoria Interna.

No entanto, permanecem pendentes de atendimento às recomendações as seguintes constatações:

- **Constatação 028:** Atraso no recolhimento de ICMS gerando multas e juros no montante de R$ 5.815,07.
- **Constatação 036 – item "d":** Registros contábeis pendentes de regularização.
- **Constatação 037:** Morosidade no atendimento à Decisão TCU 581/93 - Plenário, que trata do estudo das perdas quantitativas e qualitativas na pós-colheita de grãos.
- **Constatação 038:** Morosidade quanto à rescisão do convênio de Gestão e Cooperação Científica, firmado entre o CENTREINAR e a FUNARBE, com a interveniência da Conab e da Universidade Federal de Viçosa.

As pendências foram objeto da Solicitação de Auditoria 246697/002, cujo encaminhamento de manifestação e providências adotadas por meio do Ofício AUDIN n.º 003, não se verificaram suficientes para a regularização das situações apontadas.

4.8 ITEM 08 - AVAL EXEC PROJ/PROG FINANC REC EXT

No período de 08/02 a 19/03/2010, foram realizados trabalhos de auditoria na sede da Conab com vistas a analisar o Projeto de Revitalização executado pela Companhia e que conta com a participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), em conseqüência do Documento de Projeto - PRODOC/BRA/03/034.

O objetivo dessa cooperação é apoiar o Governo Brasileiro na execução do Programa de Revitalização da Conab, ao amparo do Acordo Básico de Cooperação firmado entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, promulgado por intermédio do Decreto n.º 59.308, de 23 de setembro de 1966.

O Projeto BRA/03/034 apresenta como objetivos específicos:
1-Instituição de um Programa de avaliação do desempenho da Companhia Nacional de Abastecimento;
2-Modernização da tecnologia da informação da Companhia;
3-Aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras;
4-Estruturação de redes de produção e comercialização de produtos regionais oriundos da agricultura familiar e do agroextrativismo, em bases econômicas, social e ambientalmente sustentáveis;
5-Promoção da eficiência das cadeias de produção de pescados provenientes da pesca artesanal e da aquicultura familiar;
6-Elaboração de um Plano Nacional de Abastecimento organizando uma proposta para implementação do programa de governo.

Originalmente, o Projeto contava com 4 (quatro) Resultados, sendo que a partir da aprovação da Revisão Substantiva "H" passou a contar com 5 (cinco) e a partir da Revisão "I", com 6 (seis).
Para tanto, foi prevista a alocação de recursos da ordem de US$ 26,038,658.00 (orçamento total do projeto), sendo US$ 5,636,290.00 para o exercício de 2009, de acordo com a revisão orçamentária de dezembro de 2009, consubstanciada na Revisão Substantiva "M", que, ainda, estendeu a duração do projeto até 31/12/2010, bem como apresentou Revisão Orçamentária fixando o orçamento para 2010 (em US$ 3,825,800.17).

Durante o exercício, o Projeto executou despesas no valor de US$ 4,200,232.58 segundo dados extraídos do Sistema EXTRANET/PNUD (em consulta realizada em 08/03/2010, retornando dados atualizados até 05/03/2010), culminando com uma execução total de US$ 20,776,800.61, que representa implementação de, aproximadamente, 79,79% do orçamento total do Projeto.

O montante das despesas com consultores, diárias e serviços de engenharia corresponde a 94,30% do total das despesas executadas.
A informação sobre a avaliação dos resultados relacionados ao percentual de conclusão das Atividades Programadas de cada Resultado Previsto no PRODOC, verificou-se constituída pela média ponderada do índice atribuído a cada atividade, de acordo com o quadro apresentado pela Unidade em resposta à SA 240815/07, de 01/03/2010, verificando-se, sinteticamente, os resultados de execução a seguir demonstrados.

Resultado PRODOC (ainda não concluídos)	Total de execução apurado
2-Modernização da Tecnologia da Informação da Companhia	**80,66%**
Total	
3-Aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safra	**95%**
Total	
4-Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de produtos regionais oriundos da agricultura familiar e do agroextrativismo, em bases econômica, social e ambientalmente sustentáveis.	**83,59%** Excluídas 27 atividades, cerca de 47% do número total de atividades previstas para o Resultado.
Total	
5-Promoção da eficiência na estrutura das cadeias de produção de pescados provenientes da Pesca Artesanal e Agricultura Familiar	**71,75%** 2 atividades encontram-se **em revisão** e 1 foi cancelada.
Total	

Fonte: Informações constituídas conforme dados das "Atividades Programadas (Quantidade)" e de "Nível de execução (%)" apresentados no OFÍCIO UGP/Pnud n.º 11, de 8/3/2010, em resposta SA 240815/07, de 01/03/20.

Da análise da informação produzida, releva destacar que: (i) o Resultado 5 apresenta desempenho menor que 80%, e ainda, situação de atividades em processo de revisão; (ii) do universo sob análise (68 Atividades), 45,58% encontram-se em andamento (31 Atividades); e dentre essas, 22,58% apresentam execução menor que 50% da meta prevista para o alcance do objetivo proposto. Situações que indicam ocorrências que vêm impactando o nível de implementação de atividades programadas.
Cumpre acrescentar que a Unidade Executora consignou os fatores determinantes dos níveis de execução orçamentária verificados no exercício

4.9 ITEM 09 - AVAL GESTÃO PASSIVOS S/ PREV ORÇAM

Procedimento não aplicável. A Unidade Jurisdicionada identificada na introdução deste Relatório e objeto do presente trabalho não apresenta saldo na conta 21211.1100 = FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS.

4.10 ITEM 10 - AVAL. CONFOR. INSCR. RESTOS A PAGAR

De acordo com consulta realizada no SIAFI Gerencial, a Conab Matriz apresentou, ao final do exercício de 2009, R$ 47.618.099,56 empenhos inscritos em Restos a Pagar. Destes, R$ 24.829.586,47 foram inscritos

como Restos a Pagar processados, e o montante de R$ 22.788.513,09 como Restos a Pagar Não Processados.

Com relação aos empenhos de 2009, a Entidade inscreveu R$ 11.587.252,53 em Restos a Pagar Processados e R$ 20.546.139,27 em Restos a Pagar Não Processados, conforme detalhado nos quadros que seguem.

Restos a Pagar Processados		
Ano de inscrição	**Inscritos**	**A Pagar**
2009	11.587.252,53	11.587.252,53
2008	13.242.333,94	43.062,28
2007		2.442.447,19
Total	**24.829.586,47**	**14.072.762,00**

Restos a Pagar Não Processados		
Ano de inscrição	**Inscritos**	**A Pagar**
2009	20.546.139,27	20.546.139,27
2008	2.242.373,82	-
2007		-
Total	**22.788.513,09**	**20.456.139,27**

Em análise ao Relatório de Gestão da Entidade, encontramos divergências entre os valores informados para Restos a Pagar e os valores obtidos no Siafi Gerencial. Por meio da SA n. 246697/001, foram solicitados esclarecimentos.

Por meio do Ofício Audin n. 002, de 30/06/2010, a Entidade informou que:

"(...) Observamos que as divergências apresentadas entre as nossas planilhas foram em decorrência de termos acrescentado os Restos a Pagar relativos a Folha de Pagamento e não termos acrescentado os Restos a Pagar relativos às UGs 135153 e 135167, que apesar de serem localizadas no Distrito Federal têm as suas jurisdições no Estado de Goiás e vinculadas a Setorial de Contabilidade UG 135141 – Superintendência Regional do Estado de Goiás".

A Entidade comprovou a justificativa apresentada.

Com relação aos Restos a Pagar Não Processados, a Entidade justificou a inscrição dos empenhos selecionados pela Equipe de Auditoria com fundamento nos incisos I e II do artigo 35, cuja regularidade foi comprovada na análise dos documentos apresentados.

Por amostragem, restou verificada a regularidade da inscrição dos Restos a Pagar Processados.

4.11 ITEM 11 - AVAL CUMP NORMAS PROJ FINANC FUNDOS

Procedimento não aplicável. A Unidade Jurisdicionada identificada na introdução deste Relatório e objeto do presente trabalho não apresenta projetos financiados com recursos de Fundos.

4.12 ITEM 15 - AVAL. CRITÉRIOS CHAMAMENTO PÚBLICO

Procedimento não aplicável. Durante o exercício de 2009 a Unidade Jurisdicionada identificada na introdução deste Relatório e objeto do presente trabalho não apresentou transferências concedidas a entidades privadas sem fins lucrativos.

4.13 ITEM 16 - AVAL IRREG NÃO EXPURGO CPMF CONTRAT

Em atendimento à determinação contida no item 1.5.3 do Acórdão TCU n.º 2.862/2009 - Plenário, foi realizada análise sobre os contratos celebrados pela Conab-Matriz e objeto da amostra de processos licitatórios auditados, visando avaliar se os referidos contratos foram aditados em decorrência da extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF. Ao término da análise não foi identificada cobrança de CPMF nas notas fiscais, assim como nos contratos ou planilhas de custos.

5. Entre as constatações identificadas pela equipe, não foi possível efetuar estimativa de ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília , 27 de Setembro de 2010

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO Nº : 246697
UNIDADE AUDITADA : CONAB - MATRIZ
CÓDIGO : 135100
EXERCÍCIO : 2009
PROCESSO Nº : 21200.001354/2010-75
CIDADE : Brasília

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU nº 57/2008, praticados no período de **01Jan2009 a 31Dez2009.**

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. A partir dos exames realizados, as seguintes constatações, que estão detalhadas no respectivo Relatório de Auditoria, impactaram de forma relevante a gestão da unidade examinada, sendo necessária a atuação e acompanhamento das providências preventivas e/ou corretivas por parte dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 57/2008:

4.1.6.1 Pendência na regularização / implementação da recomendação consignada para o Item 1.1.5.1 do Relatório de Auditoria de Gestão n.º 224909, relativo às contas do exercício de 2008: CONSTATAÇÃO (037) - Morosidade no atendimento à Decisão TCU 581/93 - Plenário, que trata do estudo das perdas quantitativas e qualitativas na pós-colheita de grãos.

4.1.7.1 Pendência na regularização / implementação da recomendação consignada para o Item 1.1.6.4 do Relatório de Auditoria de Gestão n.º 224909, relativo às contas do exercício de 2008: CONSTATAÇÃO (036) – Registros contábeis pendentes de regularização.

4.1.8.1 Pendência na regularização / implementação da recomendação consignada para o Item 1.1.11.2 do Relatório de Auditoria de Gestão n.º 224909, relativo às contas do exercício de 2008: CONSTATAÇÃO (038): Morosidade quanto à rescisão do convênio de Gestão e Cooperação Científica, firmado entre o CENTREINAR e a FUNARBE, com a interveniência da Conab e da Universidade Federal de Viçosa.

4.2.2.1. Admissão e permanência de aprovados no 1° Concurso Público/ 2005 para o cargo de TNS da Conab em função diferente da qual obtiveram aprovação.

4.3.1.1 Não detalhamento do BDI e não incidência de BDI reduzido sobre os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica.

4.3.1.2 Admissão, pelo edital e pelo contrato, do uso de verbas sem o respectivo detalhamento dos itens que as compõem.

4.3.1.3 Aditamento contratual visando incluir objeto (novo) não decorrente de alteração qualitativa ou quantitativa do objeto adjudicado.

4. Assim, em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas n° 245004, proponho que o julgamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU n° 57 das unidades em questão seja encaminhado como a seguir indicado, em função da existência de nexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações a seguir especificadas:

4.1 Agentes com proposta de encaminhamento pela gestão REGULAR COM RESSALVAS:

Cargo	**Constatações**
Diretor da Diretoria Administrativa no período de 01/01/2009 a 31/12/2009	4.2.2.1
Diretor da Diretoria de Operações e Abastecimento no período de 01/01/2009 a 31/12/2009	4.3.1.1, 4.3.1.2 e 4.3.1.3

5. Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU n° 57 que não foram explicitamente mencionados neste certificado têm, por parte deste órgão de controle interno, encaminhamento para julgamento proposto pela regularidade da gestão, tendo em vista a não identificação de nexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

6. Ademais, esclareço ainda que no caso das constatações referidas nos itens 4.1.6.1, 4.1.7.1 e 4.1.8.1 do Relatório de Auditoria, constante no item 3 deste Certificado, não foi identificado nexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos agentes listados no art. 10 da IN TCU n° 57.

Brasília, 28 de setembro de 2010.

Varciolino de Sousa Dias
Coordenador-Geral de Auditoria – DRAGR/DR/SFC/CGU-PR

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO Nº	: 246697
EXERCÍCIO	: 2009
PROCESSO Nº	: 21200.001354/2010-75
UNIDADE AUDITADA	: CONAB - MATRIZ
CÓDIGO	: 135100
CIDADE	: BRASILIA

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. No escopo definido para os trabalhos de auditoria, identificaram-se impropriedades nos atos e procedimentos administrativos inerentes a licitações e contratos realizados pela Unidade Jurisdicionada e na gestão de pessoal.

3. Os principais fatos apontados dizem respeito a previsão de itens sem unidade de medida definida nas planilhas orçamentárias e de custos; aditamento contratual visando incluir objeto não decorrente de licitação e falta de efetividade do Planejamento Estratégico da Conab. Na gestão de pessoal, constatou-se a admissão e permanência de empregados aprovados em concurso público em função diferente da qual obtiveram aprovação.

4. As recomendações foram expressas no sentido de determinar ações corretivas quanto as desconformidades encontradas; melhoria no fluxo de processos de contratação, com determinação de prazos de execução e conclusão e de aprimoramento de controles internos.

5. A falta de efetividade do Planejamento Estratégico da Conab desde o exercício de 2007 determinou a não subsistência da sistemática de acompanhamento de controles implementados com o objetivo de aprimorar os processos da Companhia.

6. Com base nos exames de auditoria e análise realizada nas áreas de gestão selecionadas, conclui-se que a Entidade expõe-se principalmente aos riscos de não conformidade às normas vigentes, devendo, em especial, determinar a reformulação dos procedimentos atinentes à licitação e contrato; a observância às disposições legais de admissão de pessoal e adotar mecanismos de monitoramento de controles internos nos níveis operacional e gerencial.

7. Não foram identificadas práticas inovadoras que permitissem a melhoria de resultados da Entidade.

8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9° da Lei n.° 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.° 93.872/86 e inciso VII, art. 13 da IN/TCU/N.° 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.° 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 29 de setembro de 2010.

Lucimar Cevallos Mijan
Diretora de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia